

INCLUSÃO DE PESSOAS COM AUTISMO NA POLÍTICA PÚBLICA E LEGISLATIVA: CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL

Barbara Maria Ferreira Costa Santos

e-mail: barbaracvx@yahoo.com.br

Roberta Oliveira de Souza Carnim Maia

e-mail: teacolhermaessg@gmail.com

Inclusão e Participação Social

Projeto Social Teacolher Mães

Resumo: A participação política de pessoas com autismo é um direito fundamental e um direito humano. Embora evidências científicas nos últimos anos demonstrem crescente conscientização sobre neurodiversidade, barreiras comunicacionais, sensoriais e atitudinais ainda limitam o acesso equitativo aos espaços de decisão pública. O objetivo é refletir algumas estratégias que promovam a inclusão de pessoas com autismo no processo político e contribuição dos/as assistentes sociais neste processo, enquanto profissionais que viabilizam o acesso a espaços decisórios e de poder. A metodologia adotada envolve levantamento bibliográfico de documentos de órgãos internacionais — como a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, do Projeto Ético-Político, Teórico-Metodológico e Técnico-Operativo do Serviço Social, que fundamentam o fortalecimento político do coletivo e práticas anticapacitistas. Dos estudos analisados, emergiram cinco possibilidades estratégicas essenciais para a inclusão de pessoas com autismo no cenário das políticas públicas e do campo legislativo. Destacam-se: adaptação de materiais e processos de comunicação para perfis sensoriais diversos; capacitação continuada de parlamentares, assessorias legislativas e sociedade civil em linguagem inclusiva e acessibilidade; formação de grupos consultivos autogeridos por pessoas com TEA; promoção de espaços de escuta qualificada e cocriação participativa de políticas; e monitoramento contínuo e avaliação participativa das práticas implementadas. Nas considerações finais, constata-se que o arcabouço do Serviço Social, que é alicerçado na justiça social e na análise crítica, pode contribuir na promoção da inclusão de vozes autistas em espaços de construção de políticas públicas, bem como no acompanhamento sistemático dessas práticas, aprimorando resultados e consolidando de forma duradoura a representatividade política de pessoas com autismo.

Palavras-chave: Autismo, Inclusão, Políticas Públicas, Legislativo, Serviço Social.